

## Filosofia brasileira?

Reinaldo Sampaio Pereira

**Como citar:** PEREIRA, Reinaldo Sampaio. Filosofia brasileira? *In:* CECON, Kleber; PEREIRA, Reinaldo S; MARQUES, Ubirajara R. de A. (org.).

**Amizade e sabedoria:** Festschrift em homenagem a Antonio Trajano.

Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025.

p.91-102. DOI:

<https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-567-4.p91-102>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# *Filosofia brasileira?*

*Reinaldo Sampaio PEREIRA*<sup>1</sup>

Quer-nos parecer que o debate acerca de uma possível Filosofia Brasileira tem se intensificado nos últimos anos e suscitado uma série de questões que levam a possíveis controversas respostas. A pergunta sobre o que seria uma Filosofia Brasileira parece permitir múltiplas e até mesmo conflitantes respostas e exigir uma pergunta que lhe é anterior: podemos dizer que há, de fato, uma Filosofia Brasileira? Neste texto visitaremos um ou outro problema implicado no referido debate. Desde já, observemos que o propósito deste texto não é, de modo algum, sustentar se há ou se não há uma Filosofia Brasileira. Sendo assim, não será também propósito

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Filosofia/Faculdade de Filosofia e Ciências/UNESP/Marília/SP/Brasil/  
reinaldo.pereira@unesp.br

deste texto apresentar um possível entendimento acerca de em que consistiria uma possível Filosofia Brasileira, uma vez que não nos consideramos em boas condições para levar a cabo tal empresa. Isto porque não somos consumidores da literatura especializada que discute a possibilidade da existência de uma Filosofia Brasileira e, havendo tal Filosofia, em que ela consistiria. Portanto não acompanhamos, a não ser de modo bastante distante, os debates concernentes a uma possível Filosofia Brasileira. Posto isto, observemos que o nosso propósito neste texto é tão-somente apresentar algumas condições que, ‘aos nossos olhos’ (talvez bem míopes para tal debate), precisariam ser atendidas para considerar a existência de uma Filosofia Brasileira.

Evidentemente a apresentação de alguns problemas, de alguns questionamentos acerca de uma possível Filosofia Brasileira, como não poderia ser diferente, será feita a partir de uma perspectiva bem particular de análise, em muito influenciada e direcionada por um certo repertório próprio de leituras, por certos interesses no debate filosófico, pelas nossas preferências (por diversos motivos) por alguns debates e não por outros, pelas nossas escolhas *etc.* Em uma palavra: tal debate aqui a ser apresentado é resultante de uma série de particularidades, as quais conferem um olhar bem particular dentre os múltiplos olhares possíveis para tais questões. Tivesse sido outro o nosso repertório de leitura, a partir de outros autores, com debates bem distintos daqueles que costumamos acompanhar, talvez fossem outras as condições a serem apresentadas aqui para caracterizar algo como Filosofia Brasileira.

Convém ainda observarmos que o questionamento sobre se há ou não há uma Filosofia Brasileira não nos parece em nada desmerecer o que se faz aqui no Brasil em Filosofia, não nos parece significar que não haja excelentes teóricos críticos de Filosofia aqui no Brasil. Muito diferente disso: quer-nos parecer que temos muitos bons teóricos críticos de Filosofia no Brasil, assim como bons historiadores da Filosofia. Em relação à História da Filosofia, convém notar que não entendemos que fazê-la seja apenas e necessariamente pisotear o mesmo gramado pisado pelos filósofos discutidos pela História da Filosofia, ou apenas interpretar o que tais filósofos propuseram em suas filosofias. Ademais: consideramos que uma boa com-

preensão do que grandes filósofos propuseram já pode ser muita coisa. Valer-se das filosofias de tais filósofos para, por exemplo, examinar os seus alcances, as suas possíveis vulnerabilidades *etc.*, não nos parece pouca coisa. Podemos nos apropriar de tais filosofias para sofisticadas análises sobre os seus objetos, como nos apropriarmos de teorizações sobre a democracia (as quais remontam à antiguidade grega antiga, como em célebres textos do século IV a.C., como a *República* de Platão ou a *Política* de Aristóteles) para nos auxiliarem a compreender a nossa jovem e frágil democracia brasileira, sem que, para isso, necessitemos desenvolver uma filosofia sobre a democracia. Somos daqueles que não acreditam que se invente a roda ou se realize outras grandes invenções com certa frequência na Filosofia, mas acreditamos que, assim como houve e há a criação dos mais engenhosos modelos de rodas para serem usados para diversos propósitos, do mesmo modo quer-nos parecer haver certos usos e adaptações das mais variadas filosofias para dar conta dos mais variados problemas. Nesse sentido, a História da Filosofia revela excelentes estudos de ‘correções’, complementações, adaptações de filosofias para dar conta de diversos problemas. Aqui neste texto não vamos sequer levantar o questionamento se esses empregos dos diferentes usos da Filosofia podem ser considerados filosofias. Esse não é o ponto que nos interessa aqui.

Apresentadas essas observações iniciais, retomemos o questionamento do qual partimos, atentando para uma das grandes lições deixadas por Platão, qual seja: antes de discutir sobre algo, é preciso perguntar pelo ‘*ti estin*’, é preciso perguntar pelo ‘o que é’ esse algo, sob pena de, ao não ser formulada e minimamente respondida tal pergunta, realizar-se um longo debate sobre o objeto investigado (neste caso sobre a Filosofia Brasileira) e, após longo debate, descobrir que o entendimento acerca do objeto do debate não ser o mesmo entre os debatedores, de modo a, segundo o entendimento particular que possui cada debatedor, posições bem distintas, e até mesmo conflitantes, serem defensáveis. Começemos então questionando o que seria uma Filosofia Brasileira. Sendo esta uma espécie de Filosofia, questionemos primeiramente o que é a Filosofia, questionamento esse que parece levar a múltiplas possíveis respostas.

Se é possível haver múltiplos entendimentos acerca do que algo é, múltiplas distintas coisas podem ser entendidas como sendo o mesmo algo, como no caso da duplicação do entendimento do que é mãe. Se podemos considerar mãe tanto uma mulher que gera um filho como a que o cria sem tê-lo gerado, neste caso, se uma mulher que gerou um filho, o qual foi criado por outra mulher, em certo momento, reclama na justiça a ‘devolução’ da criança gerada, um grande problema judicial pode se seguir, visto que, tendo sido duplicado o entendimento acerca do que é mãe, ambas as mulheres podem, de um certo modo, reivindicar que são mães da mesma criança. O mesmo problema não ocorreria se o entendimento acerca do que é mãe fosse uno (ou a mulher que gera ou a mulher que cria). Se é uno o entendimento acerca do que algo é, então apenas um certo tipo de coisa pode ser entendido como sendo tal: se triângulo é, por exemplo, uma figura geométrica com três lados e três ângulos (cuja somatória –dos ângulos internos– perfaz  $180^\circ$ ), e se tal conhecimento dessa figura for uno e evidente, ninguém ficará em dúvida se uma figura qualquer é ou não é um triângulo, isto é, se uma figura geométrica tem ou não tem três lados e três ângulos. Em casos como esses (diferentemente do caso anterior, o caso da mãe), as opções contrárias são excludentes: ou uma figura é ou não é triângulo.

A possibilidade de entendimento acerca do que é a Filosofia parece muito distante da possibilidade de um certo entendimento uno, como no exemplo do triângulo. A possibilidade de entendimento acerca do que é a Filosofia parece mais próxima do entendimento do exemplo de mãe, mas não com o entendimento do termo ‘Filosofia’ sendo apenas duplicado, mas multiplicado muitas vezes. Nesse sentido, a Filosofia parece ser entendida de múltiplos modos, o que nos possibilita compreender múltiplas coisas como Filosofia. Se questionássemos ‘o que é a Filosofia’ considerando a Filosofia grega antiga, talvez a tarefa de responder a tal pergunta fosse bem menos árdua que a tarefa de responder ‘o que é a Filosofia’ na modernidade ou na contemporaneidade. Hoje, parece muito longe de ser suficiente recorrer aos termos gregos *filia* e *sofia* para responder à pergunta sobre o que é a Filosofia.

Acerca do que é a Filosofia parece não haver nem um entendimento uno nem mesmo entendimentos muitas vezes aproximados que gozem

do consenso daqueles que dela se ocupam, sejam estes Historiadores da Filosofia, filósofos *etc.* Dada a talvez impossibilidade de responder 'o que é a Filosofia' de modo uno e afirmativo, tentemos, então, primeiramente, buscar uma certa compreensão negativa acerca dela, uma certa compreensão do que ela parece não ser. Começemos essa apresentação negativa pelo seu objeto de estudo: quer-nos parecer que há objetos de análise que talvez possam não ser apropriados à Filosofia, como os hábitos alimentares específicos de alguns grupos ribeirinhos ou de alguns grupos de pescadores. Tais objetos de investigação parecem bem mais apropriados a outras disciplinas, como a Antropologia. Mas se perguntarmos: haverá um modo apropriado à Filosofia de estudar ribeirinhos ou grupos de pescadores? Tal resposta pode sinalizar para um certo modo de investigação apropriado à Filosofia. Nesse sentido, não parece razoável à Filosofia nem examinar objetos de análise muito particulares, nem os examinar de modo muito particularizante. Não nos parece próprio à Filosofia, por exemplo, analisar um regime de governo de um país em um certo período determinado, portanto em um certo contexto espaço-temporal, exceto quando tal análise possibilita, de algum modo, exames mais generalizantes acerca do objeto contextualizado espaço-temporalmente. Análises mais particularizantes acerca de um regime de governo, como a análise das particularidades da democracia no Brasil pós 1985, parecem mais apropriadas à Ciência Política que à Filosofia Política.

Se entendermos que cabe à Filosofia Política empreender de modo particularizante tal análise de um certo regime de governo contextualizado espaço-temporalmente, então em que, neste caso, a análise da Filosofia Política distinguir-se-ia da análise da Ciência Política? E aqui é importante notar que evidentemente não estamos querendo sugerir que cada disciplina deve ter seus objetos próprios de investigação e que tais objetos não possam ser próprios a outras disciplinas. Isso nos parece absurdo. Um mesmo objeto de investigação, como o homem (homem aqui entendido como *anthropos*, como todo indivíduo que faz parte da espécie humana), pode ser analisado de múltiplas perspectivas por diversas disciplinas, como a Filosofia, a Antropologia, a História, a Psicologia *etc.* Tais análises podem ser efetuadas de modos distintos, segundo cada disciplina. Com isso,

também não estamos querendo sugerir que não possa haver certos pontos comuns de análise de disciplinas distintas, como a Filosofia Política e a Ciência Política. Certamente há! Mas, se os objetos da Filosofia Política e da Ciência Política podem ser os mesmos e, podendo também ambas as disciplinas analisarem do mesmo modo os seus objetos, então retomemos a nossa pergunta: nesse caso, em que a Filosofia Política distinguir-se-ia da Ciência Política?

Tratando agora positivamente tanto o objeto da Filosofia como o modo de análise mais próprio a ela, quer-nos parecer que é mais próprio à Filosofia objetos mais universais, investigados de modo universalizante. Valendo-nos do nosso exemplo supramencionado: quer-nos parecer mais apropriado à Filosofia Política analisar não a democracia em um contexto espaço-temporal bem específico, mas a democracia de modo geral, análise essa que poderá ser utilizada no exame de diversos contextos particulares, como no exame da democracia pós 1985 no Brasil ou em algum outro contexto espaço-temporal específico. Não estamos, com isso, entendendo que seria necessário pensarmos um sentido uno de democracia válido para todo contexto espaço-temporal. Não nos parece haver um sentido uno de democracia que abarcaria os múltiplos regimes de governo considerados enquanto tais. A democracia direta da Atenas do séc. V a.C. em muitos aspectos difere da democracia representativa no Brasil. São modelos distintos de democracia. Sendo assim, evidentemente a análise acerca das democracias pela Filosofia Política deve contemplar particularidades, mas não particularidades bem específicas cuja especificidade seja dada concretamente pelo contexto espaço-temporal (de uma localidade, como em um certo país, e em certa época específica), como no Brasil pós 1985. Quer-nos parecer que cabe à Filosofia Política analisar tipos distintos de democracias em condições distintas em que elas poderiam ser implementadas, mas tais análises deveriam ser feitas de um modo geral. Por exemplo: a democracia de um certo tipo, sob tais e tais condições gerais. Essas análises gerais de tipos de democracia sob condições gerais distintas, parecem-nos próprias à Filosofia Política. A investigação concernente a particularidades ‘concretas’ de um tipo de democracia em um tal país e em tal época, isso quer-nos parecer que já não é tão próprio à Filosofia Política, mas sim a outras dis-

ciplinas, como a Ciência Política. E aqui convém ainda observar que evidentemente os limites entre o que seria próprio à Filosofia Política e o que seria próprio à Ciência Política não são dados por uma linha delimitadora de ambos os domínios, mas por regiões comuns que separam ambos os domínios, cada qual com as suas especificidades próprias.

Voltando agora o olhar para o que talvez possamos afirmar positivamente acerca da Filosofia: podemos encontrar várias características que seriam próprias a ela, como ser uma disciplina crítica. Tal característica, apesar de necessária à análise filosófica, não parece suficiente para caracterizar uma análise como filosófica e distingui-la da análise própria a outras disciplinas, como a História ou as Ciências Sociais, às quais também cabe analisar criticamente os seus objetos. Poderíamos sugerir outras tantas características positivas que consideramos próprias à Filosofia, mas que também não seriam suficientes para distingui-la das demais disciplinas. Não nos parece ser o caso aqui de arrolarmos tais características. Uma característica que nos parece própria às demais disciplinas, mas que nos parece mais apropriada à Filosofia é a análise conceitual detalhada, rigorosa, muito embora também essa característica talvez não possa ser entendida como critério suficiente para considerar uma análise conceitual detalhada como sendo necessariamente filosófica.

Se a Filosofia não se distingue das demais disciplinas (como a História, as Ciências Sociais *etc.*) por suas análises críticas ou pelo exame cuidadoso da sua malha conceitual, talvez ela possa ser entendida (como já começamos a sugerir anteriormente) como uma disciplina que tende a tratar os seus objetos de análise de modo mais universalizante. E aqui mencionamos ‘mais universalizante’ supondo a possibilidade de afirmar graus e modos distintos de universalização. Chamemos a atenção aqui para o emprego de ‘universal’ em dois sentidos distintos. Em um primeiro sentido: uma cadeira singular de uma sala, de um certo modo, é um particular em oposição ao universal ‘conjunto das cadeiras da sala’. ‘O conjunto de cadeiras da sala’, por sua vez, quando considerado em relação às cadeiras existentes, talvez possa ser considerado, de uma certa perspectiva, um particular em relação ao universal que o abarca, a saber, as cadeiras existentes. Em relação a possíveis ‘graus’ de universalidade, parece razoável esperar



que a Filosofia procure a máxima universalização na medida em que os seus objetos de investigação assim o permitam.

Um segundo entendimento de universalidade diz respeito a múltiplas perspectivas como algo pode ser considerado, como ocorre no seguinte caso: podemos considerar uma cadeira que se encontra agora à minha frente como um particular, levando em conta todas as suas particularidades (várias das quais podem ser distintas de outras cadeiras particulares, como a sua cor, os materiais de que ela é formada *etc.*). Mas essa mesma cadeira à minha frente pode ser considerada de um segundo modo, como um universal cadeira. Enquanto tal, não levamos em consideração as particularidades desta cadeira (várias das quais distintas de outras cadeiras particulares), mas consideramos o que é comum a todo objeto que tomamos como cadeira, como ele ser composto de pés, encosto, assento, possuir uma certa função, isto é, sendo composto por aquilo que talvez pudéssemos chamar de atributos essenciais da cadeira, atributos essenciais esses que nos permitem reconhecer tal objeto como uma cadeira e não como uma mesa ou outra coisa qualquer. Podemos ainda considerar tal cadeira particular de um terceiro modo (não mais como um singular cadeira e não mais como uma cadeira universal), modo este mais generalizante que quando a consideramos como um universal cadeira: podemos considerar a cadeira enquanto corpo. Neste sentido, não mais sendo relevante se tal objeto possui pés, encosto, assento e uma certa função, mas sendo talvez relevante apenas considerar que tal objeto é um existente que ocupa lugar no espaço, portanto possuindo materialidade. Podemos ainda considerar esse mesmo objeto, a cadeira à minha frente, de um outro modo ainda mais universalizante. Podemos considerá-la como um ser. Neste caso, talvez importando apenas que ele é um existente, independentemente se ocupa ou não lugar no espaço, independentemente, portanto, se possui materialidade. Talvez um modo de considerar a Filosofia seja enquanto uma disciplina que tende a fazer análises mais generalizantes dos seus objetos, assim como (em um exemplo maximamente universalizante) era próprio à Metafísica antiga (como em Aristóteles), a qual teve como um dos seus grandes objetos de estudo justamente o ser.

Posto isso, muito embora não tenha sido apresentada uma definição de Filosofia, parte-se aqui de um certo entendimento primeiro acerca do que a Filosofia está sendo considerada neste texto, a saber, uma disciplina crítica, que trabalha com rigor a sua malha conceitual e trata dos seus objetos de análise do modo mais universalizante possível. Se obviamente também cabe à Filosofia análises de objetos com menor grau de universalidade (em comparação, por exemplo, com o estudo do ser), as análises de tais objetos talvez devam, em geral, ser realizadas do modo mais universalizante possível. Se é assim, vejamos algumas consequências para pensar o problema de certa universalização em relação à proposta de uma possível Filosofia Brasileira. Mas, antes, examinemos, ainda que muito rapidamente, o que poderia significar o ‘brasileira’ na expressão ‘Filosofia Brasileira’. Nesse sentido, queremos aqui sugerir cinco possibilidades do emprego do adjetivo ‘brasileiro(a)’ para verificar se eles nos auxiliam de algum modo a entender o ‘brasileira’ na expressão ‘Filosofia Brasileira’.

1) Uma primeira tentativa de caracterizar uma Filosofia como brasileira seria pelo idioma. Nesse sentido, uma Filosofia poderia ser caracterizada como brasileira por ser elaborada no idioma falado no Brasil, o português? Do mesmo modo, uma Filosofia poderia ser considerada francesa por ter sido escrita em francês? É possível uma Filosofia Francesa escrita em outro idioma que não o francês? Uma Filosofia não parece poder ser caracterizada como tal por conta do idioma em que ela é elaborada. Não parece razoável sugerir que uma Filosofia é de um certo tipo por ser elaborada em um certo idioma. Nesse sentido, não parece razoável sugerir que uma Filosofia seria brasileira por ter sido feita no idioma falado no Brasil, o português, assim como não parece fazer sentido caracterizar a Filosofia Francesa por ter sido elaborada em francês. Se assim fosse, um mesmo conteúdo filosófico elaborado: i) em um primeiro caso, em português do Brasil e, ii) em um segundo caso, em francês, faria com que um mesmo conteúdo gerado, i) no primeiro caso, fosse caracterizado como Filosofia Brasileira; ii) no segundo caso, como Filosofia Francesa, o que não parece razoável.

2) Parece desnecessário gastar muita tinta com a sugestão que uma Filosofia seria considerada brasileira por ter sido produzida por brasileiros.

Não parece plausível, após a elaboração de um certo conteúdo filosófico, necessitar examinar os documentos de identidade do(a) elaborador(a) de tal Filosofia para verificar se se trata ou não de um(a) brasileiro(a) e, sendo o caso, aí então tal Filosofia poder ser considerada brasileira. Ademais, recebendo tal autor(a) uma segunda nacionalidade, como a francesa, tal Filosofia passaria a ser franco-brasileira?

3) O território em que tal Filosofia é elaborada também não parece ser suficiente para caracterizá-la como sendo de um certo tipo. Nesse sentido, não parece razoável caracterizar uma Filosofia como brasileira por ter sido produzida em solo brasileiro, assim como caracterizar uma Filosofia como francesa por ter sido produzida em solo francês. Considerar o solo como condição suficiente para denominar uma Filosofia como brasileira não parece razoável. Alguém que produzisse certa Filosofia em parte no Brasil e em parte na França faria com que tal filosofia fosse considerada franco-brasileira?

4) Quer-nos parecer que uma possibilidade bem mais razoável para caracterizar uma Filosofia como brasileira diria respeito ao modo de fazer Filosofia no Brasil, ao modo de fazer Filosofia com um ‘jeitão’ brasileiro. Se a Filosofia Brasileira assim pode ser caracterizada por se tratar de uma Filosofia com ‘jeitão’ brasileiro, assim como se diz do ‘jeitão’ do futebol brasileiro ou do ‘jeitão’ do futebol sul-americano, então, no caso da Filosofia, seria necessário responder: o que seria esse ‘jeitão’? O que o caracterizaria? Qual o modo específico de fazer Filosofia que lhe conferiria um ‘jeitão’ brasileiro? E aqui novamente nos vemos em dificuldade. Que ‘jeitão’ de fazer Filosofia seria próprio ao Brasil?

5) Uma outra possibilidade que também nos parece mais razoável é entender que o que caracterizaria a Filosofia Brasileira seria um certo objeto específico que lhe seria próprio. Mas qual poderia ser esse objeto? Que características tal objeto deveria possuir? Certa vez ouvi em um evento da Filosofia (no *campus* I da Unesp de Marília) um palestrante sugerindo que um bom objeto de estudo para a Filosofia Latino-americana seria a ideia de ‘emancipação’. Imagino que, assim como essa (ao que nos parece) boa sugestão de objeto de análise para uma Filosofia Latino-americana, haja outros bons temas bastante caros à América Latina e especificamente caros

a alguns dos países latino-americanos, como o Brasil, temas esses que poderiam engendrar interesses para além das fronteiras brasileiras. Mas que temas seriam esses?

Em relação a um possível tema próprio à Filosofia Brasileira, façamos uma distinção entre dois distintos entendimentos sobre como ele poderia ser considerado como tal: um primeiro sentido de um tema brasileiro seria este apresentado com o exemplo da emancipação como tema para a Filosofia Latino-Americana. Mas, então, qual ou quais temas seriam apropriados a uma Filosofia Brasileira? Um segundo entendimento que talvez possamos ter acerca de um tema considerado próprio a uma Filosofia Brasileira seria o de um tema concernente a uma realidade exclusivamente ou quase exclusivamente brasileira. Assim, se 'x' fosse uma realidade apenas ou quase apenas própria ao Brasil, parece razoável considerar que 'x' poderia ser um tema propriamente brasileiro. Mas, se o estudo de 'x', feito de modo universalizante, talvez possa gerar interesse a muitos que se ocupam com 'x' no Brasil, talvez tal estudo tenha pouco interesse a estudiosos da Filosofia de outros países, exceto talvez em casos como 'x' ser analisado a título de exemplo para uma investigação mais ampla, ou então se houver a possibilidade de 'x' de algum modo consistir em uma realidade própria também a outras localidades, a outros países. Se tais objetos de análise não despertassem interesse ou despertassem pouco interesse investigativo fora do Brasil, então talvez essa Filosofia Brasileira conversaria apenas ou quase apenas consigo própria. Neste caso, a extensão dos ecos dos seus debates seria curta. O alcance de tal Filosofia talvez não se estendesse para além dos interesses de investigadores daqui do Brasil e de alguns outros poucos investigadores que porventura tivessem algum interesse em tais objetos de estudos específicos aqui do Brasil. Evidentemente que tal campo restrito de interesses deste debate filosófico fora do Brasil não implicaria necessariamente em esvaziar a importância de tal estudo, mas tal Filosofia não teria o alcance de estudos como o de grandes temas examinados na História da Filosofia.

Se a Filosofia Brasileira for considerada uma Filosofia crítica, que examina com certo rigor a sua malha conceitual, uma disciplina que tem seus objetos próprios e seu modo particular de analisá-los, então

seria talvez necessário agora dizermos quais objetos seriam esses e de que modo próprio à Filosofia Brasileira eles seriam analisados, e qual grau de universalidade tais análises possuiriam. É evidente que tais questões são apenas algumas das muitas que poderiam ser formuladas acerca de uma possível Filosofia Brasileira. É claro que essa abordagem feita aqui é de uma perspectiva bem particular, vista (com alto grau de miopia) de uma posição pouco privilegiada de quem não acompanha de perto o debate sobre uma possível Filosofia Brasileira. Como acreditamos que problemas como esse (sobre a existência de uma possível Filosofia Brasileira) são mais bem visualizados (e conseqüentemente examinados) a partir de uma composição de múltiplos olhares para eles, deixemos registrado aqui neste capítulo de livro o nosso míope olhar para o problema em questão. Voltemos agora o olhar para aqueles que olham para tal problema com menor grau de miopia.